

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.434 - MG (2018/0306629-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MARTINHO MANSANO RODRIGUES
ADVOGADOS : TALITA COSTA HAJEL - SP319391
JEAN GUSTAVO MOISÉS - SP186557
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : ANA CLAUDIA JUNQUEIRA VIEIRA - MG127981
DIEGO RAPHAEL SANTOS CORREA - MG145860
VANESSA OLIVEIRA ROCCA - MG093743

DECISÃO

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO - NECESSIDADE DA DEMONSTRAÇÃO DE GRAVE DANO DE DIFÍCIL OU INCERTA REPARAÇÃO E GARANTIA DA EXECUÇÃO.

Nos termos do art. 919, §1º, do CPC, para a atribuição do efeito suspensivo aos embargos à execução, faz-se necessário a presença dos requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficiente.

A parte agravante sustenta que houve a devida garantia do juízo, e que foram demonstrados os requisitos exigidos para a concessão da tutela provisória, com a suspensão da execução enquanto não julgados os embargos de devedor.

Oportuna a transcrição do seguinte trecho do acórdão recorrido:

Verifica-se que o embargante, ora agravante, ofereceu em penhora uma colhedeira agrícola, de marca Case, ano 2013, modelo Axial Flow, com capacidade de adaptação para cada tipo de cultura ou grão a ser colhido, como trigo, feijão, milho, soja, sorgo, arroz, etc, avaliada na importância de R\$680.00000.

Nas razões recursais o agravante afirma que o bem indicado encontra-se em perfeito estado de conservação e uso, fazendo uso do equipamento para o exercício da sua produção.

Em princípio, esse bem não pode ser aceito como caução, pois não tem liquidez suficiente para tal. Isso porque se trata de bem destinado a uma atividade específica e com possibilidade de difícil alienação.

Dessa maneira, se necessária a utilização da caução, a adjudicação dele não terá nenhuma utilidade ao credor e a sua venda será difícil de ser realizada.

O próprio credor afirma á f. 177 da contraminuta ao agravo que "para que seja aferido o seu real valor e se será ou não suficiente para garantir a execução, faz-se necessário ser levado a leilão judicial, sendo certo que não será arrematado pelo valor indicado em razão da depreciação e estado do mesmo".

(...)

Como dito anteriormente, o efeito suspensivo aos embargos á execução é medida excepcional e o seu deferimento está condicionado à presença da relevância dos fundamentos apontados nos embargos - aparência de procedência dos argumentos nele apresentados, perigo manifesto de dano grave, de difícil ou incerta reparação, e garantia da execução, requisitos não demonstrados pela parte agravante.

Assim, não tendo sido apresentados fundamentos de relevância, mas sim matéria comum, referente a juros, entre outros; não estando a execução garantida por caução de suficiência efetivamente demonstrada; ou dano objetivo demonstrado, não há circunstância excepcional apta a alterar a regra básica do efeito dos embargos.

(...)

A concessão de efeito suspensivo aos embargos tem natureza de uma providência acautelatória, porquanto, a suspensão da execução visa resguardar a eficácia do resultado final dos embargos.

Não tendo a parte agravante comprovado os requisitos previstos no artigo 919 do novo CPC, e, em que pese o entendimento esposado pelo agravante, a decisão deve ser mantida conforme proferida.

Com efeito, aplica-se ao caso a orientação contida no Enunciado n. 7 da Súmula do STJ, uma vez que, para se ver derruída a conclusão da Corte de origem de que a caução prestada é inidônea ou insuficiente, depender-se-ia, inevitavelmente, do reexame do contexto fático-probatório, procedimento este vedado em sede de recurso especial. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. LEVANTAMENTO DE VALORES. CAUÇÃO OFERECIDA. SUFICIÊNCIA E IDONEIDADE. REVISÃO DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclama a análise dos elementos

probatórios produzidos ao longo da demanda.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.283.900/RJ, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/11/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CANCELAMENTO DE PROTESTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA. SUBSTITUIÇÃO DA CAUÇÃO EM BENS POR DEPÓSITO EM DINHEIRO. IDONEIDADE DOS BENS OFERECIDOS EM GARANTIA. RECONHECIMENTO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DESTA CORTE.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

2. O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela ausência de idoneidade dos bens oferecidos em garantia. O acolhimento das razões de recurso, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria fática. Incidência do verbete 7 da Súmula desta Corte.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 600.296/MG, Relator Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 01/12/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora